ISSN: 2358-8829



RESSONÂNCIAS EDUCACIONAIS DE UMA PROPOSTA (RE)SIGNIFICATIVA NAS MINAS GERAIS: ANDARILHAGENS DO PRA-SEE/MG (PLANO DE RECOMPOSIÇÃO DAS APRENDIZAGENS) NO ÂMBITO DA 18ª SRE - SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DE ENSINO DE JUIZ DE FORA

Kátia Cristina Candido Aquino Marciano¹

RESUMO

Ressignificar caminhos nas trilhas do contexto educativo se faz urgente! Nesta perspectiva, a Secretaria Estadual de Educação de Minas Gerais está implementando uma proposta diferenciada, com vistas a (re) organizar as ações relativas ao processo de ensino e aprendizagem nas escolas estaduais: o PRA (Plano de Recomposição das Aprendizagens). A proposta concretiza-se por meio de metodologias ativas, e modos de avaliação producentes (diagnóstica, intermediária e processual). Partindo de uma lógica diferenciada, traduz o que nos assevera Arroyo (2012): "Os tão repetidos termos correção do fluxo, eliminação da distância idade/série, aceleração da aprendizagem, combate ao fracasso escolar são inapropriados, porque naturalizam problemas que são estruturais, encobrem realidades de outra natureza que ciências como a Política, a História, a Sociologia trataram sempre como exclusão, seletividade, marginalização, negação de direitos." Objetiva-se, pois, mitigar os impactos e lacunas de aprendizado causados pela pandemia, reduzindo-se a drástica defasagem em, ao menos, 70%, até o fim de 2023, tornando os estudantes aptos a desenvolverem novos mecanismos de apreensão dos saberes, fomentando as interlocuções e as abordagens interdisciplinares. Mesmo em fase inicial, a proposta tem apresentado notáveis aprimoramentos, impulsionando novos saberes e fazeres no chão da escola. Publicizar tal experiência maximiza sua potencialidade.

Palavras-chave: PRA – SEE/MG, ressignificar, metodologias ativas, abordagens interdisciplinares.

¹ Mestra em Educação pelo Programa de Pós Graduação em Educação – PPGE da Universidade Federal de Juiz de Fora- UFJF, professora das redes municipal e estadual – Juiz de Fora/MG <u>katiaaquinoeja@gmail.com</u>

INTRODUÇÃO

Em âmbito federativo, foi implementada a política nacional para recuperação das aprendizagens, por meio do decreto 11.079/22, visando sanar ou mitigar lacunas ocorridas devido à pandemia de COVID-19 que assolou o mundo, em 2020.

Há que se considerar um significativo atraso, em todo o contexto educacional, no entanto, apesar do esforço coletivo, o ensino público focou em manter o aluno vinculado à escola. Tal cenário conduz ao segundo e principal problema enfrentado pelos educadores, pois passado o tempo pandêmico de reclusão, nota-se um atraso cognitivo em parte dos educandos no retorno à sala de aula. Dessa forma, além das defasagens já existentes, com a pandemia o quadro se agravou. E foi preciso um repensar nas possíveis formas de abordagens capazes, ao menos, de minimizar o problema.

Neste sentido, se pensou numa proposta que favorecesse a flexibilização curricular. Perspectivado por tal princípio, o Estado de Minas Gerais, em março de 2023, guiado pelo documento federativo, também implementou o Plano de Recomposição das Aprendizagens – PRA, ligado ao Núcleo de Gestão Pedagógica Central – NGPC da Secretaria Estadual de Educação – SEE (composto por educadores efetivos recrutados da própria rede), que coordena os diversos núcleos subordinados a ele, em funcionamento nas 47 Superintendências Regionais de Ensino – SRE's estaduais.

A necessidade de priorizar aprendizagens na retomada do ensino presencial também expôs o quanto a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) é um marco relativamente recente. Garantir, portanto, a compreensão sobre a diferença entre trabalhar com um currículo voltado para objetos de conhecimento e para habilidades torna-se uma ação urgente. Isto é, emergiu, neste cenário, a necessidade de se compreender globalmente as habilidades do componente curricular para apontar o que é prioritário ou não para o aluno e para a turma. Essa percepção desemboca também na reflexão de que a escola poderia estar mais atenta à singularização das aprendizagens. Outro fator considerado pelo PRA, em Minas Gerais, é que a ênfase no trabalho precisa ocorrer em três dimensões: nas lacunas de aprendizagem, na evasão e, em especial, nos aspectos socioemocionais.

A recomposição de aprendizagem é definida como um processo de ensino e aprendizagem que busca proporcionar métodos, possibilidades e ações pedagógicas favorecedoras do desenvolvimento educacional e social dos estudantes, objetivando assegurar

a formação do seu conhecimento, aprimoramento do aprendizado, aperfeiçoamento das suas habilidades e elaboração de novas estratégias para recompor este ensino. "Quando se fala em recomposição de aprendizagens, o foco é garantir a construção de conhecimentos que auxiliem a desenvolver competências e habilidades de acordo com o ano escolar em que os alunos estão matriculados" (ALMEIDA, 2022, p. 23).



METODOLOGIA

Para a operacionalização da proposta, houve um processo seletivo interno, nas 47 SRE's estaduais, para recrutamento de servidores efetivos das diversas áreas do conhecimento de Linguagens, Matemática, Ciências Humanas e Ciências da Natureza para atuar na orientação e acompanhamento das ações, nas 3.421 escolas da rede pública estaduais. Os referidos profissionais são responsáveis por desenvolver ações e intervenções nas escolas, de acordo com a realidade de cada uma, cooperando na elaboração de estratégias e atividades para a recomposição das aprendizagens, considerando as habilidades não trabalhadas/consolidadas pelos estudantes.

O enfoque inicial do trabalho foi a identificação das habilidades que requisitavam a retomada e o ensino, por meio da análise dos resultados das avaliações formativas e do SIMAVE (Sistema Mineiro de Avaliação da Educação Básica), contemplando toda a educação básica. Visando consubstanciar o trabalho, a Escola de Formação e Desenvolvimento Profissional de Educadores de Minas Gerais tem conduzido a capacitação desses profissionais

selecionados para compor as equipes do PRA, alocados em todas as 47 Superintendências Regionais de Ensino (SRE's). Tais profissionais têm dado apoio para que cada escola possa desenhar o seu plano de recomposição e fazer ações de forma diferenciada com os estudantes, considerando suas peculiaridades, tendo como meta reduzir as desigualdades estabelecidas no período pandêmico, visando assegurar o direito à aprendizagem, bem como a permanência, com qualidade e significação, dos alunos na escola. Há que se registrar também um outro importante propósito do PRA, que é contribuir para a a elaboração de práticas de atividades pedagógicas diferenciadas, com foco na melhoria da aprendizagem e dos indicadores educacionais.

Proporcionar novas perspectivas de ensino e aprendizagem para a equipe escolar, considerando a necessidade das instituições educativas realizarem formações continuadas voltadas para toda esta demanda presente no contexto pós-pandêmico, se faz urgente. Neste sentido, é possível inferir que, no contexto educacional, os efeitos exigirão, sobretudo, políticas de recuperação na aprendizagem que englobem: formação docente ampliada e focada; capacitação de agentes educacionais para reforço escolar; intensificação de busca ativa; ampliação de carga-horária; materiais estruturados em vistas a recuperação de aprendizagens para utilização no contexto escolar e no domiciliar (QUEIROZ et al, 2021, p. 7).

Empenhar-se no delineamento de novas metodologias de ensino, considerando a realidade educacional em que os estudantes se encontram, a reelaboração de materiais didático-pedagógicos, a estruturação de salas de aula e espaços preparados para atender os estudantes, articuladas com ações transformadoras por parte dos docentes, equipe gestora, famílias e estudantes, podem ser alternativas que contribuirão com o ensino, visando, especialmente, o processo de recomposição da aprendizagem dos estudantes.

A equipe PRA/NGPC, do Núcleo Central de Belo Horizonte, formada por professores efetivos da rede, além de atuar no monitoramento, orientação e treinamento das equipes, elaborou todo um material orientador que respalda as ações, de forma a conferir sintonia ao trabalho, em toda a Minas Gerais. As equipes regionais, primeiramente, estudaram e se apropriaram dos materiais para, então, se tornarem multiplicadores e orientarem as escolas.

O Plano de Recomposição das Aprendizagens é formado por um conjunto de ações cujo objetivo é garantir o direito à aprendizagem e assegurar o desenvolvimento de habilidades previstas na Base Nacional Comum e no Currículo Referência de Minas Gerais − CRMG → habilidades estas não consolidadas pelos estudantes, durante o período de ensino remoto vivenciado na pandemia da COVID-19, conforme já exposto.

A equipe PRA/NGPC, do Núcleo Central de Belo Horizonte, formada por professores efetivos da rede, além de atuar no monitoramento, orientação e treinamento das equipes,

elaborou todo um material orientador que respalda as ações, de forma a conferir sintonia ao trabalho, em toda a Minas Gerais. As equipes regionais, primeiramente, estudaram e se apropriaram dos materiais para, então, se tornarem multiplicadores e orientarem as escolas. Compõem esse acervo: o manual orientador para a implementação do PRA nas escolas, o catálogo das habilidades a serem recompostas (retomando, sempre, dois anos escolares anteriores) e o catálogo de habilidades adaptado (com link's direcionadores para as habilidades por ano e a atividades com foco nas habilidades determinadas) – organizado pelo Núcleo de Gestão Pedagógica Central, a fim de possibilitar melhor entendimento da proposta e favorecer o (re) pensar por parte das equipes nas escolas.

O Núcleo de Gestão Pedagógica Regional de Juiz de Fora atua no programa com 7 equipes, atendendo a 21 escolas prioritárias/contempladas (destaque este feito por meio de análises de avaliações externas e internas), tendo sido agregado novo grupo de escolas não contempladas, mais recentemente, por solicitação de grande parte destas. Semanalmente, o NGPC realiza plantões de alinhamento, onde se discutem pontos do trabalho, tiram-se dúvidas e se revisam as condutas, ocorrendo também, em alguns momentos, apresentação de boas práticas relacionadas ao foco do trabalho. O NGPR também realiza tal alinhamento semanalmente.

REFERENCIAL TEÓRICO

A recomposição de aprendizagens não é uma possibilidade recente, no entanto as formas como está sendo apresentada e implementada, nas mais diversas regiões, considera as especificidades e carrega singularidades capazes de levarem a um (re) pensar das trilhas educativas.

Tais alternativas são viáveis meios para a criação de novas propostas pedagógicas nas instituições de ensino, entretanto é necessário que haja toda uma estruturação do Projeto Político Pedagógico (PPP), visando à qualificação da equipe escolar e à proposição de estratégias possíveis para recuperar essa aprendizagem (considerando os diferentes contextos educacionais). Segundo Almeida (2022), como primeiro passo para dar início a essa nova estruturação, é primordial a realização de uma boa avaliação diagnóstica da aprendizagem, sendo necessário obter bons instrumentos de avaliação, os quais possam avaliar a aprendizagem dos estudantes, verificar o nível do aprendizado e mapear o que cada estudante constituiu neste processo.

Gatti (2020) destaca que o tempo de aprendizagem precisará manter o seu foco apenas nas formas que propiciem um desenvolvimento cognitivo flexível, os quais tratam de novas

aberturas nos planejamentos, criação de novas práticas pedagógicas, formação continuada da equipe escolar, volvendo o enfoque para as necessidades de cada instituição. Assim, só será possível fomentar a aprendizagem de todos os estudantes, desenvolvendo um ensino flexibilizado, no qual possa existir a possibilidade de modificar as práticas pedagógicas de acordo com o desenvolvimento da aprendizagem da turma, envolvendo um intenso trabalho por parte de gestores, coordenadores pedagógicos e docentes. Urge, neste sentido, através de avaliações diagnósticas, identificar quais as necessidades dos estudantes, detectar e potencializar suas habilidades, criar projetos que envolvam a participação e envolvimento de todos, além de proporcionar formação contínua para a equipe escolar.

Convém destacar também:



RESULTADOS E DISCUSSÃO

Ainda em fase inicial de implementação (apenas seis meses), o PRA, em Minas Gerais, tem surpreendido, pois através da ação de seus agentes, tem conseguido levar as escolas a uma (re)articulação que congregue debates, formulações pedagógicas diferenciadas, práticas inovadoras, sistematização dos processos e compartilhamento de boas práticas entre as escolas da mesma jurisdição e entre as regionais, o que potencializa possibilidades de reversão do quadro, até então estabelecido. Nesse novo contexto de saberes e fazeres, é perceptível o envolvimento de um maior número de docentes, de afinidade visível entre professores e alunos, entre professores e gestores e mesmo de todo o grupo de profissionais da escola imbuídos da vontade de fazer a diferença. Para acessar o site, basta clicar no link:

PRA - SRE JUIZ DE FORA MG (google.com).

Abaixo, seguem alguns PRINT's de portfólios desenvolvidos por algumas das escolas componentes do Programa:

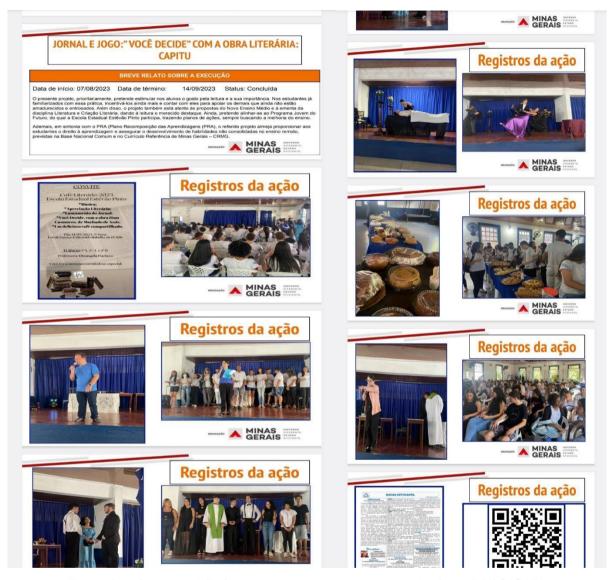
Imagem 1: Portfólio Pedagógico no contexto do PRA/NGPR – SRE-JF/MG (montagem)
PROJETO FOGUETE

E. E. ESTÊVÃO PINTO (Mar de Espanha – MG)



Fonte: Arquivo pessoal (Drive de armazenamento documental – Ações PRA/NGPR)

Imagem 2: Portfólio Pedagógico no contexto do PRA/NGPR – SRE-JF/MG (montagem) JORNAL E JOGO: "VOCÊ DECIDE" E. E. ESTÊVÃO PINTO (Mar de Espanha – MG)



Fonte: Arquivo pessoal (Drive de armazenamento documental - Ações PRA/NGPR)

Imagem 3: Portfólio Pedagógico no contexto do PRA/NGPR – SRE-JF/MG (síntese) SEMINÁRIO DA MULHER

E. E. MARIA ILYDIA RESENDE DE ANDRADE (Juiz de Fora – MG)



Fonte: Arquivo pessoal (Drive de armazenamento documental – Ações PRA/NGPR)

O PROGRAMA PRA/NGPC/NGPR tem ressignificado o olhar de gestores, docentes e alunos. A cada dia, mais práticas contextualizadas e inovadoras vêm surgido, impulsionando novos fazeres. É nítida a mudança postural dos profissionais das escolas acompanhadas pelas equipes do PRA/NGPR, apesar da resistência e entranhamento iniciais.

Durante as visitas, verificamos que os educadores têm se dedicado, nas reuniões semanais, a estudar os documentos norteadores e a repensar os processos, sob a lógica das habilidades (BNCC). Os saberes e fazeres estão sendo revistos e repensados sob a ótica sistematizada e o planejamento coletivo tem se tornado um hábito. A interlocução entre as instituições também tem se intensificado, desde o início do processo.

Considerando as premissas do Programa e o foco de trabalha no qual ele se debruça, importante nos reportarmos a Arroyo (2013), ao reconhecer que trabalhar as indagações perpassa pelo setor das disputas, levadas mais a fundo entre os conhecimentos que se dissociam das experiências ou significados e indagações desestabilizadoras da paz aparente. O embate se intensifica quando se insere, nessa discussão, "a dimensão das experiências sociais e sua rejeição pelo núcleo duro disciplinar dos currículos e avaliações porque quebram, ao menos disputam a centralidade hegemônica das habilidades e competências mensuráveis. Uma disputa política" (ARROYO, 2013, p.128). Sob a égide da pluralidade de significados, entende-se que o movimento de trabalho com as indagações desestabilizadoras é a fonte sustentadora dessa multiplicidade.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Tamiris. O que é recomposição das aprendizagens e como aplicá-la na educação pública. Futura, 2022. Disponível em: https://www.futura.org.br/o-que-e-recomposicao-das-aprendizagens-e-como-aplica-la-na-educacao-publica Acesso em: 18 nov. 2023

APPLE, M. W. Ideologia e currículo. 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2006.

ARROYO, M. G. Outros Sujeitos, Outras Pedagogias. 1. ed. Petrópolis: Vozes, 2012.

ARROYO, M. G. Currículo, território em disputa. Petrópolis: Vozes, 2013.

GATTI, Bernardete Angelina. **Possível reconfiguração dos modelos educacionais póspandemia.** São Paulo: Estudos Avançados, p. 29-41, 2020. Disponível em: https://www.scielo.br/j/ea/a/7M6bwtNMyv7BqzDfKHFqxfh/?lang=pt&format=pdf. Acesso: 19 nov. 2023.

QUEIROZ, M. G. et al. **Educação e Pandemia: impactos na aprendizagem de alunos em alfabetização.** Ensino em Perspectivas. Fortaleza: v. 2, n. 4, p. 1-9, 2021. Disponível em: https://revistas.uece.br/index.php/ensinoemperspectivas/article/view/6057/5383 Acesso: 18 nov. 2023.